

São Paulo

DATA MERCANTIL

R\$ 2,00

Quinta - feira, 16 de julho de 2020

Edição N° 110

www.datamercantil.com.br

Minerva Foods lança fundo de R\$ 32 milhões para conceder crédito a clientes



A Minerva Foods, terceira maior indústria de carne bovina do país, lançou nesta quarta-feira (15) um fundo de R\$ 32 milhões para auxiliar pequenas e médias empresas que sejam clientes da companhia.

O fundo, que foi estruturado pelo BTG Pactual, é um FIDC (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) e toda a quantia veio inteiramente do caixa da Minerva Foods, que é a única cotista da carteira.

Inicialmente, os empréstimos serão feitos para 1.200 clientes da companhia. O crédito cedido será de até R\$ 30 mil por empresa, com juros em torno de 5% ao ano (0,4% ao mês), um ano de carência e mais 12

parcelas iguais de pagamento.

Segundo o diretor financeiro da Minerva Foods, Edison Ticle, o fundo surgiu em função da crise advinda da pandemia do coronavírus e pela dificuldade de acesso ao crédito dos pequenos e médios clientes da companhia.

“A despeito das medidas do governo feitas para destravar o crédito, muitos clientes pequenos e médios afirmaram que o dinheiro não estava chegando e que teriam problema de capital de giro. Nós já tínhamos ampliado o limite de crédito e o prazo de pagamento em março, mas não foi suficiente”, afirmou.

Segundo o executivo, os empréstimos serão livres -ou seja, os tomadores poderão direcionar o dinheiro recebido para onde

for mais conveniente.

“Os clientes que tomarem esse crédito não precisarão necessariamente usar esses recursos para comprar nossos produtos. É uma injeção de recursos para que eles possam sobreviver a passar pelo momento de pandemia”, disse Ticle.

Os pequenos e médios empresários do país já vinham reclamando da dificuldade no acesso ao crédito desde o início da pandemia, em março. Conforme noticiado pela Folha de S. Paulo no início deste mês, por exemplo, menos de 20% dos recursos anunciados em programas de financiamento lançados ou regulamentados pelo governo foram desembolsados até agora.

Isabela Bolzani/Folhapress

Economia



Ministério mantém projeção de queda do PIB em 4,7% neste ano

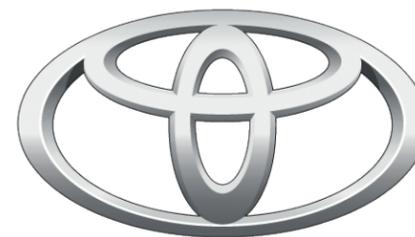
Página - 03

Negócios



Fábricas deixam a Argentina e migram para o Brasil

Página - 08



TOYOTA

Aluguel de carro e cidades inteligentes: o plano da Toyota no pós-pandemia

Página - 08

Bradesco se une à OLX para oferecer financiamento de imóveis 100% digital

Página - 08

No Mundo

Guerra Fria 2.0 entra em nova fase com ameaça de sanções entre EUA e China



A nova Guerra Fria, protagonizada por Estados Unidos e China, ganhou uma nova fase com a escalada nas ameaças mútuas de sanções entre as duas maiores economias do mundo.

Em dois dias, Washington disparou três ataques frontais aos interesses de Pequim, dando continuidade lógica à disputa que se acentuou com a ascensão de Donald Trump ao poder, em 2017.

Analistas se questionam, contudo, sobre os limites de tais ações, dada importância da China em um mundo em que ela é a maior responsável pelo comércio, com 12,4% do total de importações e exportações em 2018.

Impulsionado por uma campanha à reeleição em que está numa posição difícil contra o democrata Joe Biden, e

parece decidido a fazer barulho na frente externa, o republicano Trump foi em frente.

Na segunda (13), o secretário de Estado, Mike Pompeo, fez o mais duro ataque às pretensões territoriais do regime comunista sobre o mar do Sul da China - a principal rota de comércio de Pequim, que tem 20% do PIB ligado às exportações.

No dia seguinte, o aliado americano Reino Unido baniu a gigante chinesa Huawei de suas redes de 5G, a tecnologia que embasará a internet do futuro, algo que Trump se gabou de ter “feito sozinho”.

E o presidente americano arrematou o dia cumprindo sua promessa de acabar com o status de parceiro comercial privilegiado com Hong Kong devido à nova lei de segurança chinesa sobre o território devolvido por Londres em 1997.

A legislação, que na prática tolhe o dissenso na região conturbada por protestos pró-democracia desde 2019, é também um dos motivos para a decisão do governo de Boris Johnson sobre o 5G. O outro foi a pressão de Trump, que proibiu em maio o fornecimento de chips com tecnologia americana, a maioria no mercado, para a Huawei.

Além disso, os EUA prometem aplicar sanções a quem “oprimir o povo” honconguês sob a nova lei, uma ampliação de ato já aprovado no ano passado, no auge dos protestos.

O resultado foi uma dura reação de Pequim, que nesta quarta (15) prometeu aplicar sanções a pessoas e instituições americanas ligadas ao que considera interferência em seus assuntos internos.

Igor Gielow/Folhapress

EUA podem voltar a fechar economia e decretar quarentena

Com o crescimento da pandemia de coronavírus nos EUA, aumentam a chance de nova quarentena e de economias estaduais serem fechadas mais uma vez.

A Califórnia, na prática, está interrompendo as atividades que havia reaberto para bares, restaurantes, cinemas e vinhedos. O governador Gavin Newsom pisou no freio nesta segunda-feira.

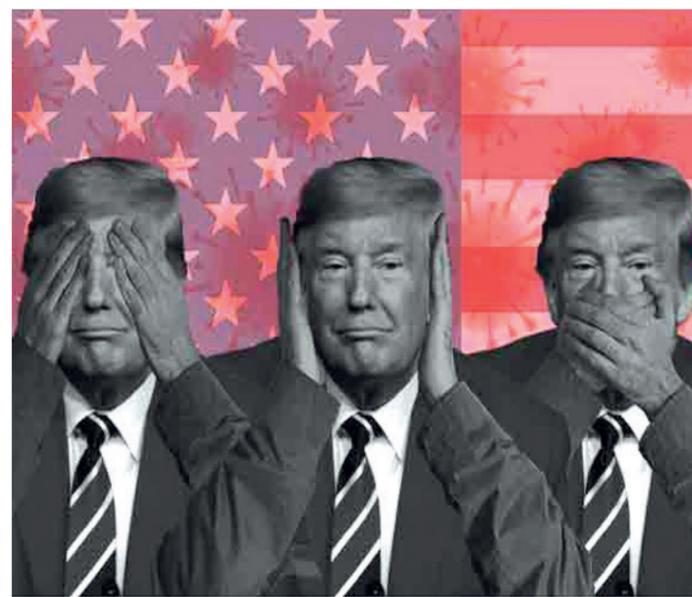
Dos 50 estados americanos, 35 contabilizam crescimento de casos de covid-19. A Flórida perdeu o controle da pandemia. Arizona e Texas estão perto do colapso hospitalar. A taxa de mortalidade começa a crescer em algumas regiões do país. Governadores estão resistindo à

pressão da Casa Branca para que crianças voltem às aulas até o outono.

Estados que conseguiram controlar a pandemia, como Nova York e Maine, estão preocupados com a entrada de turistas domésticos e tomaram medidas restritivas para visitantes.

O negacionismo irresponsável do presidente Donald Trump está agravando a tragédia. Anthony Fauci, o principal infectologista do país, disse que os EUA não estão nem perto de controlar o coronavírus. No meio da crise, Trump resolveu atirar no mensageiro para tentar se reeleger. Do jeito que a coisa vai, parece que não tem risco de dar certo.

Biznews



Uso de máscaras pode controlar covid-19 em até 8 semanas, diz CDC



O diretor do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), Robert Redfield, afirmou que se todos os norte-americanos usarem máscaras, a onda crescente de casos de covid-19 no país pode estar sob controle em um período entre quatro e oito semanas.

Redfield concedeu entrevista online à publicação médica Journal of the American Medical Association.

“Eu acredito que se conseguirmos que todos usem máscaras agora, podemos controlar isso em quatro, seis, oito semanas”, afirmou.

O diretor do CDC também disse que usar máscara é uma questão de saúde pública e

lamentou que a prática tenha sido tão politizada.

“Estou feliz em ver o presidente e o vice usarem máscaras. Claramente, na situação deles, eles poderiam justificar com facilidade que não precisam, mas precisamos que eles deem o exemplo”, disse Redfield.

Dania Nadeem/Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Ministério mantém projeção de queda do PIB em 4,7% neste ano



O Ministério da Economia manteve a previsão de queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 4,7%, este ano. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A estimativa está no boletim macrofiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), divulgado hoje (15). Também foi mantida a previsão de crescimento de 3,2% do PIB para 2021.

“Apesar da extensão do isolamento social, a projeção do crescimento do PIB para 2020 foi mantida em -4,7% diante da melhoria dos indicadores, refletindo um efeito positivo das políticas adotadas até então”, diz o boletim.

Para a SPE, a atividade econômica foi fortemente impactada pela pandemia

em abril e maio deste ano e a perspectiva de recuperação é a partir do segundo semestre. “Resultados da atividade de abril e maio indicam que o vale da crise provocada pela pandemia provavelmente ficou para trás. Houve retração na indústria, comércio e serviços, e apenas a agropecuária apresentou resultados positivos. Muitos indicadores de maio e junho mostram sinais de reação da economia para iniciar a saída do ‘fundo do poço’ e a recuperação no segundo semestre”, diz o boletim.

Para o mercado financeiro, a queda do PIB este ano será maior, de 6,1%. Para 2021, a previsão mais recente do mercado financeiro é de crescimento de 3,5%.

O Secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, disse que analistas que previam queda da economia acima de 6,5% neste ano já estão revisando as projeções para baixo. “Estamos em um ambiente de extrema incerteza. Existem movimentos que pressionam para piorar o PIB e outros, para melhorar”, afirmou.

Segundo ele, a duração da pandemia por mais tempo do que o previsto inicialmente é um fator que contribui para a piora do resultado. Por outro lado, destacou, as vendas do comércio pela internet e a extensão do auxílio emergencial em mais duas parcelas contribuem para a retomada da economia.

Kelly Oliveira/ABR

Pandemia estimula Congresso a discutir pacote de parcelamento de dívidas

As consequências impostas pela Covid-19 para grande parte dos empregadores do país tornam necessárias uma série de medidas para proteger os negócios e garantir a manutenção de vagas. Até o momento, os planos emergenciais do Ministério da Economia estavam centrados no agora: disponibilidade de crédito, pagamento para funcionários e diferimento de impostos e dívidas foram algumas das ações enérgicas (e custosas) para o momento mais grave da pandemia. O desafio, agora, é pensar no dia seguinte da pandemia. Uma recuperação lenta e gradual, que ainda engatinha, não supre os escombros dos

meses de inatividade, fruto da necessária paralisação da atividade econômica. Para isso, o Congresso Nacional se debruça sobre medidas que visem dar fôlego para que, passada a crise de saúde, os negócios possam voltar a caminhar. E uma das grandes pautas que devem voltar à agenda do Legislativo carrega um nome conhecido dos brasileiros: Refis, programa de parcelamento de dívidas tributárias com a União.

Um projeto de autoria do deputado Ricardo Guidi (PSD-SC) instituiu um programa de parcelamento de dívidas depois de decretado o fim do estado de calamidade pública – estimado para começo de 2021 – e aguarda ser pautado na Câmara. Veja



JARDIM SISTEMAS AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ nº 03.290.201/0001-69
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em R\$ 1,00)

Relatório da Administração: Senhores Administradores e Acionistas, Em obediência às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício e das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa acompanhados das Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31/12/2019. Mauá, 31 de Janeiro de 2020. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	26.694.554	20.330.536	Passivo circulante	11.815.254	5.887.003
Bens numerais	5.154	6.306	Fornecedores	1.953.269	2.176.911
Bancos conta movimento	170.521	214.288	Débitos por compras	1.953.269	2.176.911
Aplicações financeiras	14.144.237	11.173.360	Instituição financeira	456.057	520.541
Disponibilidades imediatas	14.319.911	11.393.954	Obrigações sociais e trabalhistas	1.824.786	1.831.286
Duplicatas a receber	4.385.440	2.626.464	Provisões trabalhistas	727.179	198.721
Créditos de clientes	4.385.440	2.626.464	Obrigações tributárias	3.008.022	2.550.548
Estoque de mercadorias	6.073.302	5.966.165	Débitos sociais e tributários	2.907.154	81.846
Estoque	6.073.302	5.966.165	Débitos com partes relacionadas	847.705	376.135
Impostos a recuperar	1.011.871	195.556	<i>Royalties a pagar - partes relacionadas</i>	<i>580.321</i>	<i>102.493</i>
Impostos a recuperar	1.011.871	195.556	Adiantamento de clientes	2.518.782	599.071
Adiantamentos diversos	904.030	137.682	Outros débitos	6.853.963	1.159.545
Adiantamentos	904.030	137.682			
Seguros a apropriar	-	10.716			
Aplicações de recursos em despesas	-	10.716			
Ativo não circulante	71.948.490	62.650.628	Passivo não circulante	24.591.352	23.621.673
Realizável a longo prazo	47.243.336	39.100.501	Provisões tributárias Longo Prazo	17.985.573	16.901.359
Transferência de valores entre empresas grupo	25.500.000	27.723.740	Outras contas a pagar Longo Prazo	22.548	137.083
Impostos a recuperar (ICMS)	11.182.703	60.381	Débitos fiscais	6.583.231	6.583.231
Processos	165.308	41.080	Passivos fiscais	6.583.231	6.583.231
Créditos fiscais	10.395.325	11.275.299			
Outros créditos	47.243.336	39.100.501	Patrimônio líquido	62.236.438	53.472.488
Imobilizações técnicas	16.918.089	15.428.833	Capital social	56.417.830	56.417.830
Depreciação acumulada	(11.733.661)	(11.465.757)	Reserva de capital/legal	604.029	268.724
Imobilizado	5.184.429	3.963.076	Reserva de lucros	5.214.579	(3.214.066)
Software	497.336	480.669			
Agio	20.381.520	20.381.520			
Amortização	(1.358.131)	(1.275.138)			
Intangível	19.520.725	19.587.052			
Total	98.643.044	82.981.164	Total	98.643.044	82.981.164

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas	73.272.600	87.336.540	Efeitos financeiros líquidos	5.149.263	50.059
Venda de produtos	67.618.888	75.654.191	Despesas financeiras	(307.126)	(115.097)
Venda de produtos mercado externo	2.026.820	2.774.879	Receitas financeiras	5.477.432	180.774
Venda de ferramental	1.246.240	6.178.020	Varição cambial devedora	(112.321)	(62.438)
Venda de resíduos	2.380.652	2.729.449	Varição cambial credora	91.277	46.820
(-) Deduções da receita bruta	(13.696.734)	(17.763.985)	Lucro ou (prejuízo) líquido operacional	10.146.431	(7.577.619)
Receita operacional líquida	59.575.866	69.572.554	Resultados não operacionais	6.326.374	(235.265)
(-) Custos dos produtos vendidos	(41.240.947)	(56.086.133)			
Lucro bruto operacional	18.334.918	13.486.421	Lucro ou (prejuízo) líquido antes da provisão CSLL e IRPJ	16.472.805	(7.812.883)
(-) Despesas operacionais	(13.337.750)	(21.114.099)	(-) CSLL e IRPJ - diferido	(879.974)	5.093.411
Administrativas	(10.513.383)	(18.573.596)	(-) Provisão p/ IRPJ e CSLL	(3.512.250)	(2.349.840)
Trabalhista	(2.504.786)	(2.211.130)	Lucro ou (prejuízo) líquido do exercício	12.080.582	(5.069.313)
Tributárias	(209.529)	(211.018)			
Depreciações do exercício (menos alocada ao custo)	(110.051)	(118.355)			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	56.417.830	268.724	2.595.581	-	59.282.135
Prejuízo do exercício 2018	-	-	(5.069.313)	-	(5.069.313)
Outros movimentos	-	-	(740.335)	-	(740.335)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	56.417.830	268.724	(3.214.067)	-	53.472.487
Lucro do exercício 2019	-	-	-	12.080.582	12.080.582
Constituição da reserva legal	-	604.029	-	(604.029)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.316.631)	(3.316.631)
Reserva para retenção de lucros	-	-	8.159.922	(8.159.922)	-
Outros movimentos	-	(268.724)	268.724	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	56.417.830	604.029	5.214.579	-	62.236.438

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
	31/12/2019	31/12/2018	Aumento ou (redução) nos passivos operacionais	31/12/2019	31/12/2018
Proveniente das operações	12.080.582	(5.069.313)	Fornecedores nacionais	6.904.429	14.248.455
Lucro/prejuízo líquido do exercício	12.080.582	(5.069.313)	Obrigações fiscais	(223.642)	(1.152.900)
Ajustes do resultado líquido	350.896	47.201	Obrigações trabalhistas e sociais	528.458	(3.376)
Depreciações e amortizações	(6.500)	633.874	Contas a pagar	(64.484)	(75.397)
Provisão de férias e encargos	-	(740.335)	<i>Royalties a pagar</i>	<i>1.919.712</i>	<i>200.476</i>
Outros movimentos	-	-	Adiantamento de clientes	471.570	246.649
Distribuição de dividendos	(3.316.631)	-	Débitos com partes relacionadas	477.829	(1.868.356)
Resultado líquido ajustado	9.108.347	(5.128.573)	Outras contas a pagar - LP	2.825.308	-
I - Das atividades operacionais (Aumento) ou redução nos ativos operacionais	(11.580.896)	(55.282)	Provisões tributárias - LP	(114.536)	-
Créditos de clientes	(1.758.977)	4.481.431	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.431.881	9.064.600
Impostos a recuperar	(816.315)	60.101	II - Das atividades de investimentos	-	-
Adiantamentos diversos	(766.348)	694.038	Adições ativo imobilizado	(1.505.924)	477.132
Estoque de mercadorias	(107.137)	16.229	Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.505.924)	477.132
Despesas antecipadas	10.716	110.814	III - Das atividades de financiamentos	-	-
Transferência de valores entre empresas grupo - LP	2.223.740	(1.023.740)	Aumento nas disponibilidades e valores equivalentes	2.925.957	9.541.732
Impostos a recuperar - LP	(11.122.321)	-	(+) Saldo inicial das disponibilidades	11.393.954	1.852.222
Processo - LP	(124.228)	1.080.640	(=) Saldo final das disponibilidades	14.319.911	11.393.954
Créditos fiscais - LP	879.974	(5.474.795)			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) **Contexto Operacional:** A Sociedade, atua no ramo de metalurgia confeccionando principalmente peças automotivas para montadoras de veículos, sob o regime de padronização das montadoras inclusive com sua performance produtiva avaliada por auditores de controle das mesmas. Além das atividades descritas anteriormente, a sociedade possui em seu objeto social o comércio importando e exportando os artefatos metalúrgicos produzidos em suas instalações, podendo ainda participar em sociedades empresariais com objetivos semelhantes ou não. 2) **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), bem como às exigências previstas na legislação vigente. Os valores constantes das Demonstrações Contábeis estão apresentados em Reais. 3) **Descrição das Principais Práticas Contábeis:** a) O regime é o de competência na apropriação das receitas, custos e despesas operacionais. b) Classificam-se no Circulante os Ativos Realizáveis e os Passivos com vencimentos no curso do exercício seguinte. c) Os títulos vinculados ao mercado aberto estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de seus rendimentos. d) Estoque pelo critério do custeio por Absorção e) Sob a rubrica de "Despesas Antecipadas", estão alocadas despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado quando incorridas. f) Depreciação de bens tangíveis foi calculada pelo método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica dos bens. g) Neste exercício foi constituída a provisão de férias e 13º salário com os seus respectivos encargos. 4) **Estoques:** 31/12/2019 31/12/2018
Materias Primas 1.288.525 1.209.031
Produto em Elaboração 1.613.349 1.791.561
Produtos Acabados 2.453.634 1.961.668
Materiais em Terceiros 3.223 210.905
Estoque de Ferramentas 163.093 0,00
Estoque Componente 493.700 696.238
Materiais Auxiliar Consumo e Embalagem 57.778 96.772
Total **6.073.302** **5.966.165**
5) **Impostos a Recuperar:** 31/12/2019 31/12/2018
ICMS s/ Ativo Imobilizado a Recuperar 148.473 79.596
CIDE a Recuperar 1.100 1.256
IPI a Compensar 94.948 79.852
IRRF/CSLL a recuperar 753.393 32.190
IRRF s/ Aplicação Financeira 13.957 2.662
Total **1.011.871** **195.556**
6) **Adiantamentos Diversos:** 31/12/2019 31/12/2018
Adiantamentos de Férias 126.220 95.491
Adiantamentos a Fornecedores 777.810 42.191
Total **904.030** **137.682**

IGNÁCIO MARTINEZ-CONDE BARRASA - Diretor

VALDIR PEREIRA DA SILVA - Diretor

VERSSINHA NASCIMENTO PINHEIRO DIAS - CRC Contadora 1 SP 166.653/0-2



Constran S/A Construções e Comércio – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.156.568/0001-90

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, dos Resultados Abrangentes, acompanhados das Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e dos Valores Adicionados, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Outrossim, permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 30 de abril de 2020. *A Diretoria*

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo/Circulante	Nota	Balanços Patrimoniais		Passivo e patrimônio líquido/Circulante		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Ajuste de avaliação patrimonial		Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos)		Resultados	
		2019	2018	2019	2018	Capital social	Ativos próprios	De controladas	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Resultados abrangentes	Total		
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.857	20.232	9	71.530	584.228									
Contas a receber de clientes	4	314.598	382.456	9	54.093	48.344									
Estoque	5	17.949	17.759	10	17.825	7.190									
Créditos a receber	6	306.208	331.608	10	187.051	163.981									
Titulos a receber	7	8.220	12.288	11	53.163	45.810									
Adiantamentos a fornecedores	12	91.143	31.606	11	479	762									
Contas correntes consórcios		26.592	21.456	2,2.a	71.058	68.993									
Impostos e contribuições a recuperar		10.067	4.761	12	205.786	156.205									
Outros valores a receber		1.253.087	1.216.450	10	29.184	12.498									
Não circulante		809.021	853.946	11	432.318	524.557									
Contas a receber de clientes	4	35.450	35.450	9	13.641	21.699									
Créditos a receber	5	703.652	755.119	10	274.357	289.234									
Titulos a receber	6	14.794	14.794	11	49.521	58.310									
Partes relacionadas	13	41.134	33.743	10	244	394									
Depósitos judiciais		10.474	11.436	13	44.954	94.632									
Outros valores a receber	7	348.909	246.618	14	14.826	25.515									
Investimentos	8	94.530	115.703	14	34.773	34.773									
Imobilizado		626	183	15	924.235	1.197.181									
Intangível		2.046.722	2.305.966	15	671.642	671.642									
Total do ativo		2.046.722	2.305.966		2.046.722	2.305.966									

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações Corporativas e Contexto Operacional – A Constran S/A – Construções e Comércio – em Recuperação Judicial (Companhia), tem por principais objetivos as atividades da construção civil pesada, entre as quais usinas e barragens, metrôvias e ferrovias, portos, canais, retificação de rios e aprofundamento de suas calhas, aeroportos, rodovias, pontes e viadutos, sistemas viários urbanos, edificações, saneamento, dutos e linhas de transmissão. Em 2018 a companhia constituiu uma subsidiária integral denominada Constran Internacional Construções S.A., conferindo parte do seu ativo imobilizado, bem como parte do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico – CAT, do período de 1969-2016, referentes a obras de aeroportos, canais e rios, corredor de ônibus, edificações e obras de arte, energia (centrais hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas), ferrovias, instalações industriais, metrôvias, pipelines (minerodutos, oleodutos e gasodutos), portos, rodovias (implantação, manutenção e conservação), sistemas viários (pontes, viadutos e túneis), saneamento (água e esgoto) e urbanização. A avaliação do acervo técnico foi estabelecida a partir do Valor Econômico da Companhia, pelo método do fluxo de caixa descontado. Referido estudo foi elaborado por empresa de avaliação independente que apurou o valor de R\$ 244.541 para os referidos ativos. Participa ainda de diversos consórcios com outras empresas, cujas atividades estão relacionadas ao seu objeto social. **Plano de Recuperação Judicial:** Em 07/07/2017, a Companhia, juntamente com demais empresas do Grupo UTC ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1069420-76.2017.8.26.0100, por entender ser a medida mais adequada para manter a continuidade de sua atividade empresarial, com a geração de renda e empregos, bem como para atender de forma organizada e racional os interesses de seus credores, na medida dos recursos disponíveis, e proteger os seus ativos. Em 17/08/2017, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da Companhia, tendo sido nomeado como administrador judicial a Laspro Consultores Ltda. O plano de recuperação judicial ("Plano") foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 01/08/2018 e, posteriormente, homologado por sentença judicial publicada em 10/08/2018. Em 06/08/2019, os Credores Classe I aprovaram aditivo ao Plano, também homologado em sentença judicial publicada em 28/08/2019. Informações sobre o Plano e o andamento do processo judicial podem ser obtidas no site do TJ/SP (www.tjsp.us.br), no processo judicial com a numeração informada acima, ou através do site do Administrador Judicial (<http://www.lasproconsultores.com.br>), no qual constam as atualizações do processo. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** 2.1.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições das Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Em 2019 e 2018, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As referidas demonstrações financeiras foram devidamente aprovadas pela diretoria em 30/04/2020. **2.1.2. Apresentação dos passivos sujeitos à Recuperação Judicial:** Os valores dos passivos sujeitos à recuperação judicial, decorrentes de fornecedores e parte dos empréstimos e financiamentos estão apresentados no passivo não circulante, devido à perspectiva de a administração satisfazer tais passivos ao longo dos próximos anos (sem parcela aplicável ao exercício corrente) e estão ajustados considerando as condições de pagamento aprovadas no Plano, conforme descrito na Nota explicativa nº 1. Abaixo, os ajustes feitos: **Ajuste a Valor Presente** – com base no pronunciamento do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, e no fato de o processo de recuperação judicial ter promovido a novação das dívidas, os saldos de empréstimos e financiamentos e fornecedores foram ajustados ao valor presente para refletir o valor justo das obrigações, gerando uma diminuição no passivo no total de R\$ 67.501. vide nota explicativa nº 10. Os efeitos do Ajuste a Valor Presente e dos descontos concedidos foram registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido dos impostos. **2.1.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.1.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.1.5. Estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões relacionadas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir: **a. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução a valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar. **b. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **c. Vida útil dos bens do imobilizado:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório. **2.2. Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Apuração do resultado:** A Companhia reconhece as receitas dos contratos de construção conforme o estágio de execução de cada contrato. Este critério está definido conforme determinação da IN 217/9 e CPC 17 – POC (percentagem de conclusão). Para determinar o estágio de conclusão é utilizada a proporção do total dos custos incorridos com os serviços executados e o total dos custos orçados dos contratos. O valor das receitas de construção superior as receitas apropriadas são registradas na rubrica Adiantamento de Clientes, no passivo circulante. As receitas de contrato de engenharia de curta duração e demais receitas são registradas quando incorridas obedecendo ao regime de competência. **b. Ativo e passivo circulante e não circulante:** Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis. Aos ativos realizáveis e às obrigações com vencimentos após 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são consideradas como não circulantes. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três

meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares. **d. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes e os direitos de serviços a futuro, são registrados pelo valor faturado ou medido, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa quando necessária. **e. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. **f. Adiantamento a fornecedores:** Os adiantamentos a fornecedores referem-se aos valores adiantados para fornecedores de materiais e equipamentos para aplicação e fornecedores de prestação de serviços, registrados pelo valor de custo. **g. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança por diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará este fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. **h. Imobilizado:** Os bens integrantes do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos da reavaliação (custo atribuído) realizada no exercício de 2010, de acordo com normas estabelecidas no ICP/2010. As depreciações foram calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem. **i. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes e os direitos de serviços a futuro, são registrados pelo valor faturado ou medido, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa quando necessária. **j. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. A Administração revisou em 31/12/2019 o valor contábil dos seus ativos com o propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou para uma unidade geradora de caixa. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis dos bens imobilizados possam ser inferiores aos valores de recuperação. Os ganhos e perdas das alienações dos ativos são reconhecidos pela diferença entre o valor da alienação e o valor contábil, e são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas Líquidas, na demonstração do resultado. **k. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **l. Empréstimos e financiamentos:** Atualizados monetariamente, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço e estão classificados como passivo circulante, e quando da liquidação é diferida por mais de 12 meses, após a data do balanço, são classificados como passivo não circulante. **m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. As contingências trabalhistas, civis e tributárias foram avaliadas pela Administração da Companhia, amparada na opinião dos advogados contratados. Para os casos em que as perdas são prováveis, constituiu-se a provisão correspondente. **n. IRPJ e CSLL:** O IRPJ (25%) e a CSLL sobre o Lucro Líquido (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente totalizam 34%. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. IRPJ e CSLL correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Para os contratos junto a Administração Pública Direta e Indireta, há o diferimento do IRPJ e da CSLL considerando a margem de lucro sobre a parcela não recebida, nos termos da IN 217/9. **o. Reconhecimento dos consórcios:** De acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, tem seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio. **2.3. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	2019	2018
Recurso em banco e caixa	3.201	3.173
Investimentos de curto prazo	15.656	17.059
Total	18.857	20.232

Os investimentos de curto prazo referem-se a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, com remuneração de até 100% da CDI. **4. Contas a Receber de Clientes**

	2019	2018
Direitos faturados	108.134	81.193
Direitos à faturar	241.914	336.713
Total	350.048	417.906
Circulante	314.598	382.456
Não circulante	35.450	35.450

5. Créditos a Receber – Estão representados por ações de cobrança, de liquidação de sentença e de indenização, ocorridos em contratos com órgãos públicos, com reivindicação de ressarcimento dos custos incorridos nos referidos contratos, amparados nas condições contratuais e na avaliação jurídica de nossos advogados, a seguir detalhado:

Cliente	Obra	2019	2018
Chesf	Usina Hidrelétrica de Xingó	–	267.350
DER/PI	Restauração de Rodovias Estado do Piauí/330.702	330.702	330.702
DERSA	Rodoanel Metropolitano BR-101 – Trecho Natal (RN) – Palmas (PE)	65.952	65.952
DNIT/NO	Travessia sobre o Rio Tocantins	21.260	21.260
SINFRA/MA	Ponte Ferroviária sobre o Rio Paraná	205.590	205.590
União Federal	Ferrovias Norte Sul – Lote 11	265.148	265.148
VALEC	Ferrovias Norte Sul – Lote 10	–	37.274
VALEC	Ferrovias Norte Sul – Lote 10	–	14.193
Total		703.652	1.022.469
Circulante		671.642	671.642
Não circulante		36.010	350.827

O crédito da Chesf, correspondente ao processo 001.1995.086019-1 foi negociado em 2019, através da Unidade Produtiva Isolada (UPI), nos termos da cláusula 8 do Plano de Recuperação Judicial. O valor da venda correspondeu a R\$ 70.001. Do crédito com o DER/PI, 74,4%, líquido de despesas e tributos, estará sendo utilizado para pagamento dos credores

Publicidade Legal

Divina Litoral Locação de Veículos e Participações em Negócios S.A.

CNPJ 37.578.526/0001-63

ESCRITURA PÚBLICA DE CONSTITUIÇÃO DE SUBSIDIÁRIA INTEGRAL

SAIBAM quantos a presente escritura virem que, aos 17/02/2020, em São Paulo - SP, República Federativa do Brasil, em diligência na Av. Dr. Ricardo Jafet, 2419, onde a chamado vim e, perante mim, escrevente autorizado do 21º Tabelionato de Notas, compareceu como Outorgante Constituidora, doravante designada simplificada "Outorgante", Divina Litoral Veículos Ltda., cuja cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada neste Cartório, em pasta própria, sob nº 207, ordem nº 101, neste ato, representada por seus administradores, Marco Antônio Pereira de Abreu, Edson Pires Ferraz, Antônio José Vaz Pinto, e Silvana Dib de Abreu. Compareceu ainda na qualidade de Advogado Assistente, o Dr. Luis Carlos Gomes da Silva OAB/SP nº 180.745-A; os presentes identificados como os próprios por mim, escrevente autorizado que esta escreve e pelo oficial maior que a subscreve, através dos documentos de identificação ora exibidos e supra mencionados, do que dou fé. Então, lato outorgante, na forma representada me foi dito: 1º) que ela outorgante decidiu, como lhe faculto o artigo 251, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, constituir uma Subsidiária Integral, na conformidade do que dispõe referida lei; 2º) que a Subsidiária Integral, que se denominará **Divina Litoral Locação de Veículos e Participações em Negócios S/A**, a qual terá o capital social de 4.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal e no valor de R\$ 4.000.000,00, totalmente subscrito, pela única acionista, através de emissão de cotas societárias. O capital social subscrito neste ato é de R\$ 4.000.000,00, pela única acionista, a ora outorgante. O capital social poderá ser aumentado e integralizado pela única acionista, oportunamente, em moeda corrente nacional ou através de bens, móveis, imóveis e/ou com o ativo marca devidamente avaliado e contabilizado. A cada ação ordinária corresponderá um voto, nas deliberações das AGs da Cia; 3º) que a Subsidiária Integral terá sede na Av. Marginal da Via Anchieta, nº 2.521, Bairro Alemoa, na cidade de Santos - SP; 4º) que a administração da Cia, será feita nos moldes e termos de seu estatuto social abaixo; 5º) que a subsidiária integral se regerá nos termos da Ata da AG de Constituição de S.A. Realizada em 17/02/2020 e seu "Estatuto Social, a saber: Ata da AG de Constituição de S.A. Realizada em 17/02/2020. Aos 17/02/2020, às 10 horas, na sede social da Cia, reuniram-se para deliberação de interesses mútuos e com vistas à constituição de uma S.A., a subscritora desta ata ao final assinada, assim nominada: (01) Divina Litoral Veículos Ltda, neste ato representada pelo seu diretor presidente, Sr. Marco Antônio Pereira de Abreu e por seu diretor comercial Sr. Antonio José Vaz Pinto, pela presente AG, foi eleito para presidir os trabalhos, o Sr. Marco Antônio Pereira de Abreu, que convidou a mim, Silvana Dib de Abreu, para secretariá-lo, iniciada a assembleia, o Sr. Presidente franqueou a palavra a todos os presentes, que após os debates, deliberaram por unanimidade, o seguinte: I) Resolvem constituir uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais vigentes, sob a denominação de Divina Litoral Locação de Veículos e Participações em Negócios S/A, e que terá sede na Av. Marginal da Via Anchieta, nº 2.521, Bairro Alemoa, na cidade de Santos - SP, cujo estatuto social fica aprovado por unanimidade pelos presentes, foi anexado em sua íntegra, à Ata desta Assembleia como seu Anexo I. II) Por força da aprovação do estatuto e considerando a deliberação unânime dos acionistas, os mesmos firmaram o Boletim de Subscrição de Ações Ordinárias Nominativas, que será arquivado na sede da Cia e levado a registro perante a Junta Comercial, sendo que o aporte individualizado de capital, objeto da integralização nesta data, registrado nos respectivos Boletins de Subscrição, é constituído da seguinte forma: a) tendo a única acionista Divina Litoral Veículos Ltda., subscrito 4.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal e no valor de R\$ 4.000.000,00. III) Ao contrário, em atenção as disposições estabelecidas nas regras estatutárias, bem como, diante das normas legais vigentes, a AG constituída deliberou eleger os membros efetivos do CA da cia, para um mandato de 03 anos, sendo permitido a reeleição, assim nominados: a) Marco Antônio Pereira de Abreu; b) Antônio Vaz Pinto Moreira Junior, acima já qualificados, sendo que perante esta AG tomaram posse os Srs Conselheiros eleitos, mediante ato lavrado no Livro de Registro de Atas do CA, donde fizeram as declarações de praxe, inclusive de que não estão incursos em qualquer crime que os impeçam de exercer as atividades mercantis, especialmente, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, ou contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, em conformidade do que dispõe as regras da Lei nº 6.404/76 e §1º do artigo 1.011 do Código Civil Brasileiro, e após por aclamação unânime dos Srs Conselheiros, fora eleito o Sr Marco Antônio Pereira de Abreu, já qualificado, para exercer o cargo de Presidente do CA, e o Sr Antônio Vaz Pinto, para exercer o cargo de Vice-Presidente do CA, cujos atos serão lançados oportunamente em livro próprio da sociedade. IV) O CA definirá em Ata de Reunião o valor da remuneração dos diretores. V) Declarada constituída a cia, o Sr Presidente submeteu aos presentes o exame dos Termos de Abertura dos Livros Obrigatórios, que foram devidamente assinados pelo Presidente da Assembleia nesta data, sendo tais livros os seguintes: a) Livro de Registro de Ações Nominativas; b) Livro de Transferência de Ações Nominativas; c) Livro de Atas das AGs; d) Livro de Presença dos acionistas; e) Livro de Atas do CA; f) Livro de Atas das Reuniões de Diretoria. VI) Ao contrário, o Secretário leu o inteiro teor do projeto de Estatuto Social, o qual foi aprovado por unanimidade, abaixo transcrito: "Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - Sob a denominação Divina Litoral Locação de Veículos e Participações em Negócios S/A., fica constituída uma sociedade anônima, de propósito específico que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Santos - SP, na Av. Marginal da Via Anchieta, nº 2.521. - § Único - Por deliberação do CA, a Sociedade poderá abrir ou encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor. Artigo 3º - A Sociedade tem como objeto social exclusivo a Aquisição para Locação, Veículos Automotores, Lèves e Pesados, Máquinas e Equipamentos para implementação destes, destinados a serviço público pelos seus acionistas e, Participação em certames de licitações Públicas e Privadas, junto a todas as esferas da administração pública, incluindo, mas não se resumindo autarquias, ministérios, estados e prefeituras, por meio de pregão eletrônico, edital e afins, cartas convite e/ou outra modalidade publicada e pela administração pública, consistindo na participação e fornecimento dos bens e/ou serviços destinados a esta finalidade., bem como a realização das atividades correlatas. Artigo 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 4.000.000,00, totalmente subscrito, representado por 4.000.000 ações ordinárias nominativas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma totalmente integralizadas, podendo ser aumentado em espécie e bens, móveis, imóveis e outros ativos avaliados e conversíveis em dinheiro, como a marca. §1º - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das AGs. §2º Nenhuma transferência de ações total ou parcial, terá validade ou eficácia perante a Sociedade ou quaisquer terceiros, sem a prévia anuência da SAEG e nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações se levada a efeito em violação ao acordo de acionistas arquivado na Sociedade. Capítulo III - Da Administração - Artigo 6º - A Sociedade será administrada por um CA e uma Diretoria que será composta por 04 membros, sendo 02 conselheiros acionistas, pessoas naturais, residentes no País, com um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela AG e por uma Diretoria, composta de membros, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo CA. §1º - O prazo de mandato dos membros do CA será de 03 anos, permitida a reeleição e o da Diretoria de igual período de 03 anos, permitida a reeleição. Até 1/3 dos membros do CA poderá ser eleito para a Diretoria. Os administradores permanecerão nos cargos até a posse dos novos administradores quando eleitos. §2º - Os membros do CA serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse, prestando as informações exigidas por lei, independentemente de caução. Artigo 7º - No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Conselheiro, este deverá ser substituído interinamente por substituído designado pelo CA. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, será convocada uma AG dentro de 05 dias a contar da ocorrência desse evento, para nomear um substituído que servirá pelo prazo restante do mandato do Conselheiro substituído. Artigo 8º - O CA reunir-se-á, ordinariamente, todos os meses, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, ou na ausência deste, por qualquer outro Conselheiro. §1º - A convocação será efetuada mediante notificação enviada por meio de e-mail, fac-símile ou carta registrada, sempre com, no mínimo, 07 dias de antecedência da realização da reunião. As notificações deverão informar a hora, data, local e ordem do dia da reunião, anexando cópias dos documentos ou propostas a serem apreciados ou discutidos. §2º - A presença da totalidade dos Conselheiros a qualquer reunião supre qualquer irregularidade da convocação. §3º - As reuniões do CA serão preferencialmente realizadas na sede social e presididas por seu Presidente, ou na ausência deste, pelo Vice-Presidente ou por outro Conselheiro designado pelo CA. §4º - É permitida a realização de reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por meio de outra tecnologia que permita o contato simultâneo dos conselheiros. Nestes casos a ata será assinada posteriormente pelos presentes. §5º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos e em caso de empate caberá ao Presidente o voto de qualidade. Artigo 9º - Compete ao CA: a) aprovar o orçamento anual da Cia, elaborado pela Diretoria a partir do plano de negócios; c) definir e contratar as empresas ou consórcio de empresas responsáveis pela execução dos serviços relacionados ao Contrato da Concessão de Parceria Pública Privada, cujos valores de contratação sejam superiores a R\$ 25.000,00; d) eleger, destituir, aceitar renúncia e substituir os Diretores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições operacionais de cada diretor; e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre atos e contratos celebrados ou em vias de celebração, e manifestar-se sobre atos e contratos que lhes sejam submetidos pela Diretoria; f) convocar AGOE nos casos previstos em Lei e quando julgar conveniente; g) manifestar-se previamente sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; h) escolher e destituir os auditores independentes; i) propor à AG e executar os orçamentos plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar a sua execução; j) propor à AG que autorize a Cia a prestar garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direitos, bem como conceder financiamentos a terceiros; k) autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Cia, em uma ou mais operações sucessivas no curso de 12 meses consecutivos, de valor agregado superior a 10% de seu patrimônio líquido atualizado; l) autorizar operações financeiras e comerciais ativas e passivas; respeitados os valores previamente aprovados em AG de Acionistas; m) propor a AG o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável; n) autorizar a transferência de recursos da Cia para associações de empregados, entidades assistenciais e recreativas, fundo de previdência privada e fundação; o) propor à AG a suspensão das atividades da Cia e/ou de suas Subsidiárias; p) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Cia, bem como fundações que patrocinem; q) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para submissão à AG; e r) avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Cia e suas controladas, ainda que não compreendido na enumeração acima e sem prejuízo das atribuições próprias da AG e sobre ele preferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria. Capítulo IV - Da Diretoria - Artigo 10º - A diretoria da sociedade, será composta por 2 membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos em reunião pelo CA. §1º - O prazo de mandato dos diretores será de 03 anos, permitida a reeleição. §2º - Findo o prazo de mandato previsto no caput deste artigo, os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus receptivos substitutos, eleitos pelo CA. §3º - Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse, independentemente de caução. §4º - As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos diretores, no exercício regular de seus cargos, obrigam a Sociedade, na forma da Lei e do Estatuto, mas cada Diretor só responderá pessoalmente pelos atos em que tenha participado efetivamente. Artigo 11 - A representação ativa e passiva da Sociedade, nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, competirá a 2 diretores em conjunto ou isoladamente: 1º procurador em conjunto com 1 diretor; ou por 2 procuradores em conjunto. § Único - As procurações da sociedade serão outorgadas necessariamente por 2 diretores, com prazo não superior a 01 ano, à exceção dos mandatos que contenham a cláusula "ad Judicia", que terão prazo indeterminado. Artigo 12 - A Diretoria poderá realizar quaisquer operações dentro do curso normal dos negócios da Cia com vistas à direção dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular, respeitadas as limitações estabelecidas no presente Estatuto Social. § Único - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Cia os atos de qualquer diretor, procurador, ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Cia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, excetuadas as garantias cuja outorga foi expressamente autorizada pelos acionistas em AG. Artigo 13 - Aos diretores compete, além das atribuições normais, o exercício do cargo de acordo com as seguintes regras: a) administração da Sociedade exercida com o devido respeito aos direitos de cada um dos acionistas; b) administração da Sociedade, direcionada à busca permanente de eficiência, produtividade e competitividade e, como consequência, lucratividade, sendo os diretores e demais administradores de escalão inferior, eleitos ou nomeados dentre profissionais de reconhecida experiência e capacidade técnica e administrativa; e c) que as decisões estratégicas da Sociedade na área financeira, na área comercial e na política de recursos humanos sejam sempre motivadas pelos interesses comuns dos acionistas, buscando garantir a estes o melhor retorno de seus investimentos, mediante uma política consistente de pagamento de dividendos, observado o disposto neste Estatuto Social. § Único - A descrição das atribuições dos diretores deverão ser detalhadas em documento específico aprovado pelo CA com o aceite dos diretores. Artigo 14 - No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer diretor, este deverá ser substituído interinamente por substituído designado pelo CA. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, o diretor deverá ser substituído por substituído designado pela Diretoria, até o preenchimento do cargo pela primeira reunião do CA que vier a ser realizada, devendo o diretor substituído completar o mandato do diretor substituído. Artigo 15 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de um de seus Diretores, ou a pedido de qualquer um de seus membros, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões realizar-se-ão na sede social, sendo lavrada de todas as deliberações uma Ata, no Livro competente. §1º - A remuneração dos membros do CA e da Diretoria, fixada pelo CA, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado, serão fixados anualmente pela AG. §2º - A verba de remuneração dos membros dos órgãos de administração será global e a sua distribuição será realizada em reunião do CA. Capítulo V - Da Assembleia Geral - Artigo 16 - A AG reunir-se-á ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma a seguir prevista, observados em qualquer caso, os procedimentos legais. A AG será instalada e presidida por qualquer dos acionistas ou representante de acionistas escolhido pelos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia escolher o Secretário da Mesa. §1º - A AG será convocada pelo Presidente do CA, ou por qualquer outra pessoa legalmente autorizada a fazê-lo. §2º - A convocação será feita mediante anúncio publicado por 3 vezes, com 8 dias de antecedência e, em segunda convocação, com 5 dias de antecedência, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. §3º - A AG será instalada e presidida por qualquer dos acionistas ou representantes dos acionistas, escolhido pelos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia escolher o Secretário da Mesa. §4º - Os acionistas poderão ser representados nas AGs por um procurador devidamente constituído há menos de 01 ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado. §5º - Compete ao Presidente e ao Secretário da AG zelar pelo cumprimento de acordos de acionistas arquivados na Cia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos. Artigo 17 - Todos os assuntos submetidos à deliberação da AG deverão ser aprovados pelos acionistas representando a maioria absoluta do capital social votante da Sociedade, exceto pelos listados abaixo, que deverão ser aprovados pela totalidade do capital votante: (a) Aumento e redução do capital social; (b) Alteração do Estatuto Social; (c) Destinação do resultado do exercício e pagamento de dividendos; (d) Política e endividamento da Sociedade como concessão de avais, fianças, emissão de debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários emitidos pela sociedade; emissão de cartas de garantia ou qualquer outra garantia ou contra garantia a ser prestada pela Sociedade e emissão de declaração de dívida, não contemplada no orçamento anual aprovado; (e) Aprovação do Plano de Negócios e de Investimentos Plurianual, apresentado pelo Conselho de Administração; (f) Dissolução da sociedade e nomeação de seu liquidante, pedido de concordata ou falência da sociedade; (g) Celebração de quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus acionistas ou qualquer sociedade que controle, que seja sob controle comum, ou que seja controlada pelo referido acionista; (h) Transformação de parte das ações ordinárias da Sociedade em ações preferenciais; (i) Eleição dos Conselheiros da Sociedade; (j) Aquisição, pela Sociedade, de participações em qualquer outra Cia, empreendimento ou associação, constituída, ainda que com objeto diferente do seu, em Cias reguladas por leis especiais ou em consórcios de empresas; (k) Criação de novas ações ordinárias ou preferenciais ou aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais; (l) Qualquer alteração na estrutura, poderes e competência do Conselho de qualquer administração e da diretoria; (m) Participação em grupo formal de sociedades, nos termos do artigo 265 da Lei das SAs; (n) Transformação da Sociedade em qualquer outro tipo societário; (o) Transformação, fusão ou cisão da Sociedade ou, ainda, sua incorporação em outra; (p) Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações ordinárias ou preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (q) Aprovação de demonstrações financeiras anuais da Sociedade; (r) Resolver os casos omissos no Estatuto e exercer outras atribuições que a Lei ou o Estatuto não confirmam a outro órgão da Sociedade; (s) Fixação da remuneração dos administradores da Sociedade; (t) Qualquer processo de fusão, associação, incorporação ou cisão a serem realizados pela Sociedade deverão ser previamente aprovados pela Divina Litoral Veículos Ltda. Capítulo VI - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Lucros e Dividendos - Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei, que deverão ser examinadas por auditores externos. § Único - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual ou semestral desde que não atinja mais de duas vezes ao ano do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Artigo 19 - Por decisão do CA, a Cia poderá levantar balanços e distribuir dividendos relativos a período menor que o anual, observadas as disposições legais. Artigo 20 - A Cia poderá, por proposta da Diretoria e deliberação do CA, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Artigo 21 - Os dividendos serão apurados depois de deduzida as depreciações, feita a provisão para o imposto de renda e deduzido 5% para a constituição da reserva legal até que atinja o montante de 10% do capital social. Capítulo VII - Da Liquidação da Sociedade - Artigo 22 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei e neste Estatuto, cabendo à AG eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. § Único - Em caso de dissolução da Cia, caberá à AG: a) determinar a forma de liquidação; b) nomear o liquidante e fixar a sua remuneração; e c) eleger, caso o Conselho Fiscal seja convocado pelos acionistas durante a fase de liquidação, seus respectivos membros. Capítulo IX Das Disposições Gerais - Artigo 23 - No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em acordos de acionistas arquivados na sede da Sociedade. Artigo 24 - Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes." Artigo 25 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos na forma da Lei, pela AG. Após aprovação do Estatuto Social da Sociedade, que será arquivado na sede da sociedade e levado a registro perante a Junta Comercial, procedeu-se, então, à subscrição do capital social, sendo fixado em R\$1,00 o preço de emissão das ações, tendo a única acionista Divina Litoral Veículos Ltda., subscrito 4.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e no valor de R\$ 4.000.000,00. Foram, então eleitos para integrar o CA da Sociedade, para um mandato de 03 anos, os Srs: a) Marco Antônio Pereira de Abreu, b) Antônio José Vaz Pinto, acima já qualificados, sendo que perante esta AG tomaram posse os Srs Conselheiros eleitos, mediante termo lavrado no Livro de Registro de Atas do CA, declarando que não estão incursos em qualquer crime que os impeçam de exercer as atividades mercantis, especialmente, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, ou contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, em conformidade do que dispõe as regras da Lei nº 6.404/76 e §1º do artigo 1.011 do Código Civil Brasileiro. Para os fins do § 2º do artigo da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, os respectivos endereços acima mencionados serão os locais onde receberão citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão. Após por aclamação unânime dos Srs Conselheiros, foi eleito o Sr Marco Antônio Pereira de Abreu, já qualificado, para exercer o cargo de Presidente do CA, e o Sr Antônio José Vaz Pinto para exercer o cargo de Vice-Presidente do CA. IV) O CA, em reunião própria, elegerá os diretores e definirá o valor de sua remuneração. O Sr. Presidente da mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou e não houve mais assuntos a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi, então, suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que depois de transcrita, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas e demais presentes. Mesa: Presidente Marco Antônio Pereira de Abreu e Secretária Silvana Dib de Abreu. Acionista Presente: Divina Litoral Veículos Ltda. Pela outorgante me foi declarado, na forma como vem representada me foi dito ainda que aceita esta escritura em todos seus expressos termos, relações e dizeres e mais; que autoriza todos os registros necessários ou convenientes, em decorrência e à luz desta escritura. De como assim o disseram, do que dou fé. Pediram-me e lhes lavrei a presente escritura que depois de feita e lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas e demais presentes, outorgaram e assinam. Custas e Emolumentos: Ao Tabelião R\$ 5.705,27 // Ao Estado R\$ 1.621,50 // A Secretária da Fazenda R\$ 1.109,82 // Ao Município R\$ 122,02 // Ao Ministério Público R\$ 273,85 // Ao Fundo do Registro Civil R\$ 300,28 // Ao Tribunal de Justiça R\$ 391,56 // A Santa Casa R\$ 57,05 // Total Escritura R\$ 9.581,35. Guia 08/2020. Eu, Lucas Russo do Nascimento, Escrevente Autorizado, a lavrei e assino. Eu, Geraldo Jairo de Souza, Tabelião Substituto, a subscrevi. (a.a.) Marco Antonio Pereira de Abreu // Edson Pires Ferraz // Silvana Dib de Abreu // Antonio José Vaz Pinto // Luis Carlos Gomes da Silva Nada mais. Traslada em seguida. Eu, Lucas Russo do Nascimento, Escrevente Autorizado, a digitei, fiz imprimir e confiei. Eu, Geraldo Jairo de Souza) Tabelião Substituto, a subscrevo e assino, em público e raso. Em testemunho da verdade Geraldo Jairo de Souza - Tabelião Substituto. Jucesp - sob o nº 35.300.552.253 em 01/07/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PwC faz demissões no Brasil após reavaliar impacto da crise

A empresa de consultoria e auditoria PwC iniciou um processo de demissões em seus escritórios no Brasil. Na rede social de relacionamentos profissionais LinkedIn, são diversos os relatos de desligamentos de funcionários em vários setores da companhia, alguns com mais de 20 anos de casa.

No início da pandemia, a PwC foi uma das empresas que aderiu ao movimento Não Demita. O compromisso de não fazer desligamentos, anunciado no fim de março, valia por 60 dias.

Sites que acompanham o mercado contábil e a movimentação nas empresas conhecidas como big four (as quatro gigantes, em tradução livre), que são, além da PwC, a Deloitte, a Ernst & Young e a KPMG, também estão anunciando os cortes no Brasil.

Segundo Going Concern, especializado na cobertura do setor, seriam 600 demissões. Uma consultora relatou, em publicação de despedida numa rede social, ser uma "dos estimados 600".

Antes da crise, a empresa anunciava ter cerca de 5 mil funcionários no Brasil.

A PwC não comenta o número de demissões. Em nota à reportagem, diz que, no início da pandemia tomou medidas que deram aos funcionários a garantia de que não haveria demissão em massa. Em seguida, porém, diagnosticou que a profundidade e duração da crise, bem como de seus reflexos econômicos e sociais, seriam mais impactantes do que se esperava no início.

"Uma profunda avaliação desses impactos", diz a PwC, "nos levou a uma revisão de nossas estruturas e das capacidades necessárias para fazer frente a essas novas demandas, em especial àquelas relacionadas às nossas práticas de consultoria em geral."

Fernanda Brigatti/Folhapress

QGP Química Geral S.A.

CNPJ/MF nº 01.272.356/0001-47

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações do Resultado		
Ativo	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Ativo Circulante	51.560	50.508	Passivo Circulante	37.592	39.990
Caixa e equivalentes de caixa	7.815,00	9.171,00	Fornecedores nacionais e internacionais	11.186,17	17.783,00
Contas a receber	8.277,70	25.490,00	Empréstimos e financiamentos	12.893,34	12.908,00
Estoques de produtos e mercadorias	9.121,27	10.300,00	Obrigações trabalhistas	13.212,12	2.184,00
Impostos a recuperar	- 1.217,27	4.651,00	Obrigações tributárias	897,00	853,00
Adiantamentos a fornecedores	- 385,00	599,00	Adiantamentos de clientes	1.643,21	219,00
Outras contas a receber	- 315,29	297,00	Outras contas a pagar	14.538,00	6.043,00
Ativo não circulante	18.759	32.029	Não circulante	10.251	11.883
Depósitos judiciais	15.761,00	289,00	Empréstimos e financiamentos	12.778,00	9.145,00
Impostos diferidos	24.292,00	292,00	Partes relacionadas	16.538,00	9.728,00
Outros créditos	- 700,00	-	Provisão para riscos processuais	15.177,00	1.809,00
Partes relacionadas	-	-	Impostos contribuições	24.151,00	201,00
Imobilizado	10.17.006,00	18.497,00	Patrimônio Líquido	17.22.476	30.664
Total do ativo	70.319	82.537	Capital social	16.534,00	19.094,00
			Reserva de reavaliação	176,00	335,00
			Reserva de incorporação	140,00	3.160,00
			Lucros acumulados	5.626,00	8.075,00
			Total do passivo e do patrimônio líquido	70.319	82.537

Demonstrações do Resultado Abrangente			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Resultado do exercício	2019	2018	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Resultado do exercício	5.626	6.857	Fluxo de caixa das atividades operacionais	10.187	15.671
Resultado abrangente do exercício	5.626	6.857	Resultado do exercício	5.626	6.857
			Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
			Depreciação	3.381	3.744
			Baixa de ativos imobilizados	1.115	12.351
			Impostos diferidos	-	(607)
			Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.337	2.461
			Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	882
			Provisão para contingências	(35)	860
			Variações nos ativos e passivos operacionais	12.424	26.548
			Valores a receber de clientes	(2.280)	1.537
			Estoques de produtos e mercadorias	(3.423)	(3.162)
			Impostos a recuperar	3.434	(1.701)
			Adiantamentos a fornecedores e diversos	214	(35)
			Outros créditos	(718)	30
			Depósitos judiciais	(472)	(44)
			Fornecedores	834	(7.310)
			Pessoal, encargos e benefícios sociais	(63)	136
			Obrigações tributárias	(6)	703
			Adiantamentos de clientes	1.424	(934)
			Outras obrigações	(1.181)	(97)
			Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais	10.187	15.671
			Fluxo de caixa das atividades de investimento	3.005	(2.557)
			Imobilizado	(3.005)	(2.557)
			Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(3.005)	(2.557)
			Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(6.161)	(19.481)
			Empréstimos e financiamentos	(18.248)	(21.367)
			Pagamentos de principal	(1.697)	(190)
			Pagamento de juros	12.277	16.055
			Captações	12.761	(13.155)
			Partes relacionadas	(11.254)	(824)
			Distribuição de lucros	(11.254)	(824)
			Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	6.161	(19.481)
			Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.021	(6.367)
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.171	15.538
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.150	9.171
			Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.021	(6.367)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A QGP Química Geral S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, tem como principais atividades: a. Indústria e comércio de produtos químicos em geral. b. Industrialização para terceiros. c. Importação e exportação de produtos químicos em geral. d. Representação por conta própria e de terceiros e. Comercialização de couros e derivados. f. Compra, venda e distribuição de solventes. g. Prestação de serviços a terceiros. h. Demais atividades conexas. i. Formulação agroquímica de terceiros, misturas de ativos agroquímicos, manipulação e industrialização de defensivos agrícolas e suas misturas. j. Fabricação e comercialização de adubos e fertilizantes organominerais e inorgânicos. k. Fabricação e comercialização de resinas termoplásticas e termofixas. l. Fabricação e comercialização de desinfetantes, desinfetantes, sabões e detergentes sintéticos, produto de limpeza e polimento. m. Fabricação e comercialização de adesivos e selantes. **2. Principais práticas contábeis adotadas** – a) **Instrumentos financeiros:** i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Empresa reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ii) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. iii) **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iv) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. v) **Passivos financeiros não derivativos:** A Empresa reconhece os empréstimos na data em que foram originados. Todos os demais passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Empresa se torna parte nas disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. b) **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). A provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. c) **Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. **Depreciação:** Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear e seu valor de custo é distribuído ao longo da vida útil estimada. **Redução ao valor recuperável (impairment):** i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro da Empresa não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa que não são propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. d) **Receita operacional líquida:** O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência. A receita operacional é proveniente das atividades de vendas e é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) **Receita financeira e despesa financeira:** A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. g) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Diretores: Silvestre Custodio Neto e Jefferson Leandro Furtado Adriana Zani Paschoaloto – Contadora CRC-SP 177.737/O-2

Divina Comercial Ltda. – CNPJ/MF nº 61.274.726/0001-07

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações dos Resultados		
Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Ativo Circulante	383.885.364	398.911.621	Passivo Circulante	353.616.611	387.855.085
Disponibilidades	68.276.258	64.130.197	Obrigações Comerciais	274.650.292	306.551.489
Créditos financeiros a realizar	15.253.318	15.017.989	Impostos a recolher	12.891.591	6.283.321
Contas a receber	107.189.085	132.521.024	Obrigações Trabalhistas	2.675.427	2.527.344
Impostos a recuperar	8.791.277	9.680.534	Outros exigíveis a curto prazo	63.399.302	72.492.932
Estoques de mercadorias	85.393.414	81.989.273	Passivo Não-Circulante	74.890.912	60.670.455
Despesas antecipadas	11.453.385	8.265.132	Exigível a Longo Prazo	74.890.912	60.670.455
Outros realizáveis a curto prazo	87.528.628	87.307.472	Patrimônio Líquido	56.152.663	73.435.716
Ativo Não-Circulante	100.774.823	123.049.635	Capital Social	49.686.880	49.686.880
Realizável a longo prazo	75.313.433	71.226.390	Reservas	1.141.926	1.141.926
Investimentos	15.397.937	46.127.120	Resultados Acumulados	5.323.858	22.606.910
Imobilizado	9.709.494	5.342.165	Total do Passivo	484.660.187	521.961.256
Intangível	353.960	353.960			
Total do Ativo	484.660.187	521.961.256			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional – A Divina Comercial Ltda., tem como objeto social preponderante, o comércio por atacado de caminhões e ônibus novos e usados. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08 convertida em lei) que introduz, revoga e altera os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, bem como nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em termos gerais, a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09 contemplam as medidas e esforços para a harmonização das práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais de contabilidade. **3. Patrimônio Líquido** – Capital Social: O capital social, no valor de R\$ 49.686.880,00, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 49.686.880 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. As demais empresas do grupo possuem suas demonstrações contábeis devidamente apresentadas a secretária da Receita Federal (SRF) registradas e com aprovação em ata específica estando a disposição dos sócios cotistas para consulta.

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada no dia 22/07/2020, às 9:00 horas, na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, para discutir e deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: **Em AGO:** (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) Fixar a remuneração global anual da administração. **Em AGE:** (i) Deliberar sobre aumento de capital social. São Paulo, 13/07/2020. **Angela Martins Guido Rios** – Presidente do Conselho de Administração (14, 15 e 16/07/2020)

Renovar Ambiental Participações S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.280.334/0001-66 – NIRE 35.300.385.098 – Edital de Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Renovar Ambiental Participações S.A. "Recuperação Judicial Encerrada"** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 123 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76) e da Cláusula 6ª de seu Estatuto Social, a ser realizada no dia 23/07/2020, às 10 horas, na cidade de São Paulo-SP, na Rua Monsenhor Luis Gonzaga de Almeida, 437, casa 02, a fim de deliberar sobre (i) a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (ii) alteração do endereço da sede da Companhia. São Paulo, 14/07/2020. **Jaime Bargallo Arnabat** – Diretor Presidente. (15, 16 e 17/07/2020)

Fique por dentro das principais notícias do dia acesse

www.datamercantil.com.br

Também disponível todas nossas edições



DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,3485 / R\$ 5,3491 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,382 / R\$ 5,384 *
Turismo - R\$ 5,000 / R\$ 5,580

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,670%

OURO BM&F
R\$ 310,00

BOLSAS

Bovespa (Ibovespa)

Variação: 1,34%

Pontos: 101.790

Volume financeiro:

R\$ bilhões

Maiores altas: Embraer

ON (9,86%), CVC Brasil

ON (8,72%), Sabesp ON

(8,06%)

Maiores baixas: Siderúrgica Nacional ON (-2,13%),

MRV ON (-2,01%), IRB

Brasil ON (-1,72%)

S&P 500 (Nova York): 0,91%

Dow Jones (Nova York): 0,85%

Nasdaq (Nova York): 0,59%

CAC 40 (Paris): 2,03%

Dax 30 (Frankfurt): 1,84%

Financial 100 (Londres): 1,83%

Nikkei 225 (Tóquio): 1,59%

Hang Seng (Hong Kong): 0,01%

Shanghai Composite (Xangai): -1,56%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,29%

Merval (Buenos Aires): 2,54%

IPC (México): 1,10%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Fevereiro 2019: 0,43%

Março 2019: 0,75%

Abril 2019: 0,57%

Mai 2019: 0,13%

Junho 2019: 0,01%

Julho 2019: 0,19%

Agosto 2019: 0,11%

Setembro 2019: -0,04%

Outubro 2019: 0,10%

Novembro 2019: 0,51%

Dezembro 2019: 1,15%

Janeiro 2020: 0,21%

Fevereiro 2020: 0,25%

Março 2020: 0,07%

Abril 2020: -0,31%

Mai 2020: -0,38%

Junho 2020: 0,26%

Negócios

Fábricas deixam a Argentina e migram para o Brasil



As decisões colocam em xeque a política industrial do atual presidente do país, Alberto Fernandez. A Saint-Gobain montou a fábrica em 2016 ao custo de 200 milhões de dólares, num acordo com o ex-ocupante da Casa Rosada, Mauricio Macri.

Em novembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, de forma atabalhoada, que o governo havia mapeado empresas que estavam dispostas a trocar a Argentina pelo Brasil. Em publicação no Twitter, ele afirmou que as multinacionais Honda, MWM e L'Oréal decidiram cruzar a fronteira, citando uma “nova

confiabilidade do investidor” no país que ajudará a criar novos empregos. Dada a repercussão negativa da publicação, cerca de uma hora depois, a postagem foi apagada.

A Argentina não vive o momento de crise que sofreu entre os anos 1990 e 2010. No entanto, a deterioração dos fundamentos econômicos locais permanece. Ao início desta década, era possível comprar 1 dólar com menos de 4 pesos. Dez anos depois, são necessários 71 pesos para adquirir um mísero dólar, perfazendo uma desvalorização de 1.675% no período.

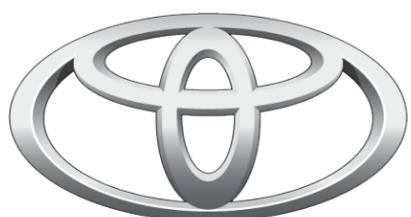
Veja

confiabilidade do investidor” no país que ajudará a criar novos empregos. Dada a repercussão negativa da publicação, cerca de uma hora depois, a postagem foi apagada.

A Argentina não vive o momento de crise que sofreu entre os anos 1990 e 2010. No entanto, a deterioração dos fundamentos econômicos locais permanece. Ao início desta década, era possível comprar 1 dólar com menos de 4 pesos. Dez anos depois, são necessários 71 pesos para adquirir um mísero dólar, perfazendo uma desvalorização de 1.675% no período.

Veja

Aluguel de carro e cidades inteligentes: o plano da Toyota no pós-pandemia



TOYOTA

Não é de hoje que as montadoras estão passando por uma verdadeira revolução. O desafio de se reinventar em uma indústria centenária é enorme e para a japonesa Toyota parece ter um peso extra: o grupo carrega o fardo da liderança de vendas do mercado global há muitos anos.

Mas volume não é tudo. Recentemente, a Tesla ultrapassou a Toyota em valor de mercado, tornando-se a montadora mais valiosa do mundo com sua proposta de carros exclusivamente elétricos. O que só mostra que, para sobreviver, é pre-

Bradesco se une à OLX para oferecer financiamento de imóveis 100% digital

As pessoas que adquirirem um imóvel novo ou usado pela plataforma OLX poderão fazer um financiamento imobiliário 100% digital no Bradesco. A OLX e o Bradesco assinaram uma parceria exclusiva, e todo o processo de compra do imóvel – desde a simulação do empréstimo até o envio de proposta – será feito de forma online.

Cerca de 25% dos potenciais compradores de imóveis no Brasil fazem suas buscas na OLX. São mais de 1 milhão de pessoas que acessam todos os dias a plataforma em busca de apartamentos, casas ou escritórios. Com a parceria com o Bradesco, projeta-se um incremento mensal de aproximadamente 20% no volume de negócios de crédito imobiliário.

“Conseguimos integrar os sistemas do Banco e da

OLX via APIs, o que possibilitou trazer benefícios como segurança de dados e facilidade no envio de documentos, tudo de forma muito prática, o que dará maior agilidade na contratação”, afirma Octavio de Lazari Jr, Presidente do Bradesco, em nota.

Segundo Marcelo Dadian, diretor de imóveis da OLX, o mercado imobiliário está se recuperando e este é um bom momento para investir na compra de um imóvel, pois a taxa de juros está baixa. “A iniciativa com o Bradesco visa proporcionar uma melhor experiência para as pessoas que agora podem fazer a simulação de financiamento 100% online com agilidade, conforto e segurança de qualquer lugar e em qualquer hora”, diz o executivo. A jornada para o financiamento imobiliário será lançada nas próximas semanas.

Exame



ciso mais do que tradição.

Neste sentido, o grupo japonês vem preparando um plano agressivo para manter a liderança do mercado global. “Vamos continuar produzindo e vendendo carros, mas também estamos apostando nos serviços de mobilidade. O nosso modelo de negócio está evoluindo”, afirma Rafael Chang, presidente da Toyota do Brasil, em entrevista à EXAME.

Uma das grandes apostas do grupo é o compartilhamento de veículos. Segundo o executivo, o futuro da mobilidade passa pela expansão do serviço de alu-

guel de carros: por dia, mês ou ano. “A Toyota já oferecia esse tipo de serviço, mas agora vamos ampliá-lo com o gerenciamento de frotas.”

No início do mês, a montadora lançou a Kinto, joint venture entre a Toyota serviços financeiros e a Mitsui. A nova empresa oferecerá desde o compartilhamento de carros (a partir de julho) até o gerenciamento de frotas corporativas (que deve começar até o final do ano). A Kinto assume o serviço de compartilhamento que já existia no país.

Exame